



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade
CEP: 88040-900 – Florianópolis – SC
Telefone: (48) 3721-7302 – 3721-7303 – 3721-4916
E-mail: conselhos@contato.ufsc.br

ATA Nº 8 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da sessão extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 9 de maio de 2019, às 14 horas, na sala Prof. Ayrton Roberto de Oliveira.

1 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sala Prof.
2 Ayrton Roberto de Oliveira, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Federal de
3 Santa Catarina (UFSC), convocado por meio do Ofício Circular nº 8/2019/CUn, em caráter
4 extraordinário, para apreciação e deliberação da matéria nos termos da convocação
5 anteriormente preparada e enviada a todos os conselheiros via correio eletrônico.
6 Compareceram, conforme atesta a lista de frequência subscrita em apartado:
7 Alacoque Lorenzini Erdmann, Tereza Cristina Rozone de Souza, Juarez Vieira do
8 Nascimento, Sebastião Roberto Soares, Rogério Cid Bastos, Walter Quadros Seiffert, Andre
9 Luis Ferreira Lima, Alexandre Verzani Nogueira, Claudia Beatriz Nedel, Antônio Alberto
10 Brunetta, Celso Spada, Claudia Ângela Maziero Volpato, Edevard José de Araujo, Lício
11 Hernanes Bezerra, Nilton da Silva Branco, Jorge Douglas Massayuki Kondo, José Isaac Pilati,
12 Everton das Neves Gonçalves, Arnaldo Debatin Neto, Antonio Renato Pereira Moro, Miriam
13 Furtado Hartung, Carlos Antônio Oliveira Vieira, Irineu Manoel de Souza, Edson Roberto de
14 Pieri, Daniel Martins, Eugenio Simão, Mauricio Girardi, João Luiz Martins, Catia
15 Regina Silva de Carvalho Pinto, Silvia Lopes de Sena Taglialenha, Thainá Castro Costa
16 Figueiredo Lopes, Guilherme Ernani Vieira, Renato Oba, Kelly Samara da Silva, Carlos
17 Henrique Sancineto da Silva Nunes, Marcelo Bittencourt, Andeson Roberto Oliveira, Rosi
18 Corrêa de Abreu, Barbara Santos Ventura, Flavia Aline de Oliveira, Ana Lara Schindwein,
19 Rafael Carvalho Bueno, Kamilla Santos, Ricardo Battaglin Neto, Clarens Chery e Leonardo
20 Souza Godim de Oliveira, sob a presidência do professor Ubaldo Cesar Balthazar, reitor da
21 UFSC. Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Daniel Martins, Oscar-Bruna
22 Romero, Marcio Costa, Lucila Campos, Caroline Vaz, Crysttian Arantes Paixão e suplente
23 Lírio Luiz Dal Vesco, Marcelo Sobottka, Daniel Ricardo Castelan, Cristiane Derani, Juliano
24 Dal Pupo, Lauro Mattei, André Vanderlinde, Richard Perassi, Cristiane Lazzarotto-Volcão,
25 Tatiane Mecabô Cupello e suplente Gilberto Modesto da Silva, Newton de Mendonça
26 Barbosa Jr. e Adriano Péres. Após saudar os presentes, o presidente confirmou o quórum e
27 declarou aberta a sessão, passando à ordem do dia. **1. Informes acerca da reunião da**
28 **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**
29 **(Andifes) realizada em 08 de maio. 2. Avaliação da situação orçamentária/ financeira da**
30 **UFSC.** Registre-se a presença de Vladimir Arthur Fey, secretário de Planejamento e
31 Orçamento, que havia sido convidado a participar da sessão. Foram repassados os informes da
32 reunião ampliada da Comissão de Orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes das
33 Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), ocorrida na quarta-feira, dia 8 de maio de
34 2019, em Brasília, em que estiveram presentes reitores das instituições federais de ensino
35 superior, ocasião em que foram discutidos os cortes feitos pelo ministro Abraham Weintraub
36 na educação superior. O presidente pontuou que uma das questões que não foi esclarecida
37 pelo Ministério era se a medida se tratava de um corte, um contingenciamento ou de um
38 bloqueio, pois cada expressão tinha um significado. “Quando o ministro diz que é um novo

39 contingenciamento, pode ser uma forma de desarticular a forte reação da sociedade”,
40 enfatizou. Observou que “[...] um corte de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o orçamento
41 de 2019, que já havia sendo reduzido gradativamente nos últimos anos, poderá inviabilizar
42 nossas atividades antes mesmo do final do ano.” Relatou também que outra necessidade que a
43 Andifes sinalizou em reunião com os gestores era a contratação de profissionais de
44 comunicação para as redes sociais, para aprender como utilizá-las, disseminando o trabalho
45 essencial de uma universidade pública – seja estadual ou federal – pois esses meios têm
46 tomado proporções significativas, replicando e influenciando, muitas vezes, de forma negativa
47 e sem aprofundamento sobre assuntos. O secretário de Planejamento e Orçamento Vladimir
48 Arthur Fey, que acompanhou o reitor em Brasília, trouxe os detalhes da situação
49 orçamentária. Informou que “O percentual médio bloqueado foi de 30%” (trinta por cento).
50 Comentou sobre a uniformização do custo por aluno, e argumentou que, diante das
51 especificidades e do porte de cada universidade e instituto federal, o modelo do Tribunal de
52 Contas da União (TCU) estabelecia um “indicador simplista”. “Mais de 90% (noventa por
53 cento) das pesquisas são feitas nas instituições federais, o que não dá para comparar com uma
54 universidade privada”, afirmou. O presidente comentou que, da parte dos parlamentares, a
55 maioria vinha se manifestando em prol das universidades. Mencionou ainda que a diretoria da
56 Andifes, em 8 maio de 2019, esteve reunida com a ministra do Supremo Tribunal Federal,
57 Cármen Lúcia Antunes Rocha, a convite da magistrada. Relatou que, na oportunidade, a
58 ministra informou que há, atualmente, três processos no STF que pedem a
59 inconstitucionalidade dos cortes no orçamento das universidades e institutos federais. O
60 presidente declarou que “[...] esta situação é grave e de outubro não passa se o governo não
61 voltar atrás”, e que “[...] a paralisação será inevitável. Não se trata de greve no sentido
62 clássico, é uma interrupção das atividades por falta de recursos para funcionamento.” O
63 presidente também comentou ter recebido, no dia anterior, na Andifes, o comunicado de corte
64 de todas as bolsas (em geral) não alocadas. Em seguida, passou a palavra ao superintendente
65 de Pós-Graduação, professor Juarez Vieira do Nascimento, representando a conselheira
66 Cristiane Derani, para que lesse o contido no Ofício Circular nº 25/2019/PROPG,
67 encaminhado aos coordenadores de Programas de Pós-Graduação, acerca dos cortes de bolsas
68 veiculado na imprensa nacional. , “O superintendente afirmou que [...]” a princípio, seria de
69 indisponibilidade de bolsas de estudos em vários programas da Coordenação de
70 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação (Capes/MEC). O
71 secretário Vladimir Arthur Fey foi solicitado a expor o relato da Comissão de Orçamento da
72 Andifes, de 8 de maio de 2019, transcrito a seguir: “A Comissão de Modelos do Forplad, por
73 solicitação da Comissão de Orçamento da Andifes, examinou a situação do orçamento das 63
74 universidades federais e dos Cefet RJ e Cefet MG, a partir dos indicadores do Tesouro
75 Gerencial. É importante conceituar a natureza do bloqueio, um instrumento que interdita o
76 acesso ao orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Ao bloqueio se soma o
77 contingenciamento desse mesmo orçamento, em virtude da não liberação plena de limites de
78 empenho necessários para o pagamento das faturas dos serviços contratados pelas
79 universidades. Até a presente data, apenas 40% do orçamento de custeio foi autorizado. O
80 Orçamento discricionário da LOA para as Federais soma R\$ 6,27 bilhões de Custeio e R\$ 717
81 milhões de Capital. O bloqueio imposto pelo MEC e pela área econômica totaliza R\$ 1,71
82 bilhão de custeio (27%) e R\$ 401 milhões de capital (56%), correspondendo a 30% do total.
83 Como a rubrica do PNAES formalmente não foi objeto do bloqueio, a interdição do custeio
84 geral foi de fato de 41%, inédito em termos da dimensão, seguramente o maior da história
85 recente das universidades federais. Desde 2014, o sistema Federal vem sofrendo perdas
86 orçamentárias por meio de contingenciamentos. A partir de 2017, o próprio orçamento passou
87 a ser reduzido. Com essa ordem de grandeza de bloqueio atual, as universidades passarão, em
88 breve, a não ter meios de realizar novas licitações ou mesmo de empenhar os recursos para

89 efetivar o pagamento de seus contratos de serviços. A Comissão discutiu, também, os limites
90 impostos pela EC 95/2016 que estabelece o chamado teto de gastos e inviabiliza a dimensão
91 social do Estado. A Comissão de Orçamento compreende que todo o Sistema Federal de
92 Ensino Superior corre o risco de interromper suas atividades regulares, a despeito do empenho
93 dos dirigentes e da comunidade de manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em
94 virtude da gravidade da situação, a Andifes está trabalhando sistematicamente com a Frente
95 Parlamentar em Defesa das Universidades Federais, com a OAB, diversas esferas do
96 Judiciário, entidades científicas, encontrando solidariedade ativa de todos os setores
97 democráticos do país. A Diretoria da Andifes reafirma a importância do diálogo com o MEC,
98 esfera que todos reivindicamos como um dos pilares da educação pública do país. O Sr.
99 Ministro receberá a entidade no dia 16 de maio. Todos os pronunciamentos das entidades,
100 sociedade política, judiciário, confirmam as melhores expectativas de que a defesa da
101 universidade pública federal seguirá exitosa, em conformidade com os melhores anseios da
102 sociedade brasileira.” Alguns dos conselheiros diretores de centros de ensino se manifestaram
103 com preocupação e relataram as decisões tomadas nos respectivos centros de ensino com
104 servidores e estudantes. Externaram também a necessidade de emissão pelo Conselho de uma
105 nota da Universidade a respeito do tema, além da integração ao movimento nacional e da
106 busca de apoio da sociedade e dos parlamentares. Manifestaram-se ainda com relação ao
107 calendário acadêmico, sobre a questão judiciária, a inconstitucionalidade do corte, a criação
108 de mecanismos de diálogo com a sociedade, sobre a Frente Parlamentar pela Valorização das
109 Universidades Federais, a divulgação das atividades e da produção científica da Universidade,
110 a manutenção do ensino, da pesquisa e da extensão e sobre a não aceitação dos cortes
111 impostos. Os conselheiros representantes da Associação dos Pós-Graduandos (APG) e do
112 Diretório Central de Estudantes Luís Travassos (DCE) manifestaram-se sobre a necessidade
113 urgente de mobilização das três categorias para o “Dia Nacional de Lutas”, com assembleia
114 universitária marcada para o próximo dia 15 de maio, às 12h, na Praça da Cidadania do
115 Campus Florianópolis. Comunicaram que as entidades iriam promover diversas atividades
116 naquele dia nacional de paralisação da Educação. Em seguida, o presidente informou aos
117 presente que precisaria se ausentar para outro compromisso, e a vice-presidente, professora
118 Alacoque Lorenzini Erdmann, assumiu os trabalhos da sessão. O conselheiro Rogério Cid
119 Bastos foi convidado para compor a mesa para auxiliar na condução dos trabalhos. A seguir, a
120 professora Patrícia Della Méa Plentz, representante do Sindicato dos Professores das
121 Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC-Sindical) que participava da sessão com
122 direito a voz, comentou a respeito de uma reunião ocorrida na segunda-feira com as entidades
123 DCE, APG e SINTUFSC, que resultou em algumas deliberações, dentre elas, um ato conjunto
124 na manhã do dia 15 de maio contra o corte das verbas em frente à Reitoria da UFSC, e às
125 quinze horas do mesmo dia, na escadaria da catedral metropolitana de Florianópolis, em um
126 movimento aberto à comunidade. A professora informou que foi elaborada uma nota conjunta
127 que seria publicada em breve; e que materiais impressos também foram idealizados. Informou,
128 ainda, que a APUFSC reuniu-se com outras entidades de educação para a definição de ações.
129 Em seguida, fez a leitura da carta da APUFSC-Sindical, com o seguinte teor: “[...]”
130 cumprimenta a iniciativa do pleno do Conselho Universitário em promover uma reunião
131 aberta à comunidade universitária. Saudamos as entidades aqui presentes e o esforço em
132 organizar e desenvolver manifestações públicas em defesa da UFSC e contra os cortes. Um
133 país sem universidades está fadado a submergir na escuridão da ignorância, na subserviência e
134 dominação dos sem identidade. Inviabilizar o funcionamento pleno das universidades federais
135 trará efeitos graves ao futuro da nação. A UFSC é patrimônio do povo catarinense e do povo
136 brasileiro, e não do governo de plantão. A história da UFSC é parte da história do
137 desenvolvimento de nosso Estado. Formamos muitas gerações de profissionais, as maiores e
138 melhores lideranças em todas as áreas do conhecimento: social, cultural, econômica,

139 industrial e tecnológica, administrativa e educacional. Sempre colaboramos academicamente
140 com os governos eleitos democraticamente pelo voto popular na busca de soluções aos
141 problemas de nossa gente. Os nossos indicadores de produção acadêmica e científica estão
142 entre os melhores do país e temos cada vez mais reconhecimento internacional. Somos uma
143 universidade de excelência: a 10^a em produção científica do país. São inaceitáveis “[sic]”,
144 portanto, os ataques à Universidade Federal de Santa Catarina, à Universidade Federal da
145 Fronteira Sul e aos Institutos Federais do nosso Estado. Ataques que se expressam pelos
146 cortes de verbas, ataques à liberdade de cátedra e a tentativa de controlar nosso
147 funcionamento institucional. Querem jogar a população contra nós disseminando ódio e falsas
148 notícias. Como disse Galileo Galilei: ‘De todos os ódios, nenhum supera o da ignorância
149 contra o conhecimento.’ Saberemos reagir à altura de nossas responsabilidades. Nossas
150 universidades não só formam profissionais da mais alta qualidade, mas produzem
151 conhecimento e soberania. É necessário, Senhor Reitor e integrantes deste conselho, que
152 procuremos ampliar a comunicação com a sociedade conclamando a ALESC, a FIESC, todos
153 os órgãos de mídia, as Associações de Municípios, a UNDIME (União Nacional dos
154 Dirigentes Municipais de Educação), a ACAFE, conselhos regionais de categorias (CREA,
155 OAB, CRM e outros) para definir ações em defesa das universidades e da ciência. Assim,
156 sugerimos aos Conselheiros que, por meio de uma nota ou moção, manifestem de forma clara
157 e inequívoca sua contrariedade aos cortes orçamentários. Apoiemos o nosso representante
158 institucional, o Senhor Reitor, e as entidades da comunidade universitária nas ações que vêm
159 sendo desenvolvidas e todas as demais que serão encaminhadas para impedir a aplicação de
160 tão danosas medidas por parte do governo federal.” Foi necessário averiguar o quórum da
161 sessão, sendo realizada chamada nominal pela lista de frequência assinada. Na sequência,
162 verificado o quórum, o conselheiro Rogerio Cid Bastos foi solicitado para efetuar a leitura da
163 minuta de moção proposta. Após discussão e ajustes, a moção foi aprovada por unanimidade,
164 conforme segue: O Conselho Universitário “[...] (i) o efetivo bloqueio de R\$ 60.166.285,00
165 (sessenta milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais), promovido
166 pelo Ministério da Educação (MEC) em itens como custeio, capital e emendas parlamentares
167 previstas para a UFSC no exercício de 2019; (ii) o cancelamento de bolsas da Coordenação de
168 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (DS, PROEX e PNPD) que não
169 estavam ociosas na UFSC, e que seriam implementadas neste mês; (iii) as recentes
170 manifestações do MEC contrárias a áreas fundamentais da formação acadêmica, como
171 Filosofia, Sociologia e as Ciências Humanas em geral; (iv) a extensão das medidas a todas as
172 IFES e todos os IFs, que, na totalidade, alcançam R\$ 1,71 bilhão de custeio – 27% – e R\$ 401
173 milhões de capital – 56% –, correspondendo a 30% (trinta por cento) do total do orçamento
174 para a Educação Superior Pública; manifesta-se absolutamente contrário a quaisquer medidas
175 que representem redução de recursos orçamentários e financeiros, cerceamento ao pleno
176 exercício da Autonomia Universitária definida pela Constituição, o desrespeito às leis e ao
177 Estado Democrático de Direito e a não preservação das políticas de financiamento da
178 educação pública, em todos os níveis. Reitera, também, sua indignação com falsas verdades e
179 afirmações levianas sobre as atividades das Universidades Públicas Brasileiras, protagonistas
180 de importantes momentos da vida nacional, seja pela formação consciente e crítica de
181 cidadãos e cidadãs, seja pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão de qualidade, responsáveis
182 pela construção e difusão do conhecimento que transforma vidas, consolida políticas de
183 estado e eleva o país a um patamar de justiça social e de equilíbrio econômico, respeitando a
184 formação cultural diversa e plural do país”. Ato contínuo, houve uma solicitação para que o
185 Conselho convocasse uma assembleia para o dia 15 de maio. O conselheiro Rogério Cid
186 Bastos respondeu dizendo que não era possível a convocação de uma assembleia porque não
187 haver previsão no Estatuto e no Regimento da Universidade, mas afirmou ser plenamente
188 possível que o Conselho ficasse em reunião permanente. O conselheiro Celso Spada propôs

189 como encaminhamento o não encerramento da sessão, e sim, sua suspensão, de modo que
190 todos pudessem ser convocados assim que necessário. O conselheiro Irineu Manoel de Souza
191 sugeriu apoiar a assembleia do dia 15 de maio. O conselheiro Rogério Cid Bastos pontuou
192 que tal tipo de apoio não podia ser decidido sem antes checar e confirmar a previsão em lei. A
193 seguir, foi dada a palavra ao secretário Vladimir Fey, que recapitulou as falas de alguns
194 conselheiros que se manifestaram no sentido de que a Universidade não deveria ter bloqueado
195 nenhum orçamento relacionado ao ensino, às bolsas ou à assistência estudantil, e aos centros
196 de ensino, e compartilhou alguns números sobre a situação crítica do orçamento para realizar
197 uma reflexão em conjunto. Falou sobre a manutenção do Plano Nacional de Assistência
198 Estudantil (PNAES) e do duodécimo aos centros de ensino. Disse que esses recursos saem da
199 fonte de custeio; que a Universidade tem, como orçamento discricionário, R\$ 445 milhões
200 nesse item de custeio; que ainda há R\$ 5 milhões de capital que não contam, pois não podem
201 ser usados para isso; que há também as emendas parlamentares, que também não contam para
202 isso, pois elas vêm para uma destinação específica; que há arrecadação própria, mas que
203 também não conta porque já tem uma destinação específica e prevista por resoluções do
204 próprio Conselho; Observou que, disso, sobravam apenas R\$ 145 milhões para arcar com toda
205 a manutenção basilar da Universidade, na qual se incluíam esses três itens. Dessa maneira, se
206 fossem bloqueados R\$ 60 milhões dos R\$ 145 milhões, sobrariam R\$ 85 milhões. Subtraindo
207 os R\$ 60 milhões de adiantamento que já foi recebido de orçamento para executar os 5
208 primeiros meses do ano, sobravam R\$ 25 milhões. Para dar uma noção do quanto esse
209 montante seria facilmente extrapolado, o secretário observou que só a manutenção do PNAES
210 pelos próximos 7 meses custaria R\$ 23 milhões, mais o duodécimo dos centros, seriam mais
211 R\$ 2,2 milhões; daí a preocupação tão grande em como a Universidade conseguiria empenhar
212 até despesas básicas como luz e água a partir de junho. Frisou que não ter orçamento para
213 empenhar era diferente de pagar: quando se empenha, já há o compromisso de pagamento
214 junto ao fornecedor; quando não há orçamento para empenhar, o fornecedor tem o direito de
215 suspender as atividades até receber o orçamento. O secretário encerrou sua fala com o pedido
216 de uma reflexão sobre aqueles números para ter melhor consciência da situação crítica da
217 Universidade. Haja vista a ausência de quórum para deliberação, a presidente agradeceu a
218 presença de todos e suspendeu a sessão, da qual, para constar, eu, Raquel Pinheiro, secretária-
219 geral dos Órgãos Deliberativos Centrais, lavrei a presente ata, que, após ser aprovada, será
220 assinada pelo senhor presidente e pelos demais conselheiros, estando a gravação integral da
221 sessão à disposição na página dos Órgãos Deliberativos Centrais. Florianópolis, 9 de maio de
222 2019.